

HABEAS CORPUS Nº 452.695 - PI (2018/0130569-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ANTONIO CARLOS DE ARAUJO CAMPOS
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS DE ARAUJO CAMPOS - MA013930
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : SERGIO LOPES PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de SERGIO LOPES PEREIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Piauí.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de ausência de indícios de autoria delitiva, bem como de fundamentação idônea para a medida cautelar, além de excesso de prazo para o encerramento da instrução processual.

Assevera ainda que o acusado não fugiu. *Pelo contrario, prestou depoimento à autoridade policial em 24/01/2013, conforme consta nos autos e jamais evadiu-se dolosamente com intenção de não responder ao processo. Porém, acreditou o paciente que o processo haveria sido extinto, em razão do acolhimento de suas alegações e das demais testemunhas perante a autoridade policial.*

Afirma que o réu *em nenhum momento foi orientado pelo delegado de Policia da época que não poderia ausentar-se da comarca, mesmo tendo informado que iria se apresentar (sic), na cidade de Teresina, para servir o exercito.*

Aduz ainda que não houve citação válida, razão pela qual o paciente não poderia ser considerado foragido.

Requer, subsidiariamente, a aplicação das medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Entretanto, conforme informações de fls. 273/278, constata-se a superveniência da revogação da prisão preventiva, o que encerra a discussão proposta.

Ante o exposto julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

